



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Sexualidades, identidades de gênero e direitos

VIVÊNCIAS INTERSECCIONADAS À LUZ DOS FEMINISMOS: a luta das transfemininas para acessar e se manter no mercado de trabalho formal.

MÁRCIA GUIMARÃES VIANA ¹

RESUMO

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento cujo objetivo é apreender as violências interseccionadas experimentadas pelas travestis e mulheres trans para inserção e permanência no mercado de trabalho formal. Ambicionamos dialogar com questões das transfeminilidades à luz dos feminismos no que tange às expressões de gênero e as intersecções com a raça e classe, considerando as categorias corpo, transfeminismos, colonialidade e decolonialidade ponderando sobre os desafios encontrados por transfemininas para inserção profissional. Assim, pretende colaborar para o debate no serviço social e os desafios da profissão na garantia de acesso às políticas públicas brasileiras.

Palavras-chave: transfeminilidades; feminismos; interseccionalidades; mercado de trabalho

ABSTRACT

This article is a part of the master's research in progress whose objective is to apprehend the intersectional violence experienced by transvestites and trans women

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

for insertion and permanence in the formal job market. We aim to dialogue with issues of transfemininities in the light of feminism with regard to expressions of gender and intersections with race and class, considering the categories body, transfeminisms, coloniality and decoloniality, reflecting on the challenges faced by transfeminine women for professional insertion. Thus, it intends to contribute to the debate on social work and the challenges of the profession in guaranteeing access to Brazilian public policies.

Keywords: transfemininities; feminisms; intersectionalities; labor market

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento acerca das violências interseccionadas experimentadas pelas travestis e mulheres trans no que tange a inserção e permanência desse segmento no mercado de trabalho formal.

Antes de tudo, cabe aqui mencionar que para compor os escritos a seguir entendemos como transexuais e travestis as pessoas que foram designadas no nascimento, a partir de seu genital, de forma diferente da qual se identificam e se expressam socialmente. Utilizaremos as expressões mulheres transexuais femininas e travestis ou mulheres transfemininas para nos referir de forma geral a todas as identidades/expressões de gênero que não são cisgêneras e vivenciam/expressam o gênero feminino, independente do sexo biológico.

Assim, no que toca as especificidades que atravessam e impactam a inserção e permanência da população transfeminina no mundo do trabalho, a questão da discriminação/preconceito é uma constante nos discursos nativos sobre

travestilidade/transexualidade e inserção profissional. Diante disto, é importante perceber que os relatos envolvendo histórias de vidas exitosas de pessoas trans no mundo do trabalho são sempre narrados não como uma regra, mas como a exceção.

Nesse sentido, é importante considerar que na sociedade capitalista, o trabalho é visto como central para que as pessoas possam satisfazer suas necessidades de sobrevivência. Mas além de satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência, presume-se que o trabalho também possibilite a ampliação de uma autoestima, de realização, do constituir-se enquanto “sujeita/sujeito”, componente fundamental para o desenvolvimento de qualquer ser humano.

Em vista disso, Marx (2004) pondera que o trabalho se constitui enquanto uma dimensão ineliminável da vida humana, isto é, uma dimensão ontológica fundamental, pois, fazendo uso dele, a pessoa cria, livre e conscientemente, a realidade, bem como a permite dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade. É também pelo trabalho que a subjetividade se constitui e desenvolve-se constantemente, num processo de autocriação de si.

Dessa maneira, o trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado por seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua natureza, desenvolve as potências que nela se encontram latentes (LUKÁCS, 2012, p. 286).

Destarte, importante se faz enfatizar que o trabalho, sobretudo o assalariado, está localizado no bojo da questão social, que demonstra a descomunal quebra entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o estimulam, e esta fragmentação se expressa na “banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social” (IAMAMOTO, 2015, p. 144). Portanto, é o trabalho assalariado um dos eixos fundamentais para o êxito da reprodução do capital, pois é por meio dele que o capital imprime o comando severo sobre a força de trabalho.

Com o surgimento das crises mundiais recorrentes e características do capitalismo, o fenômeno da “questão social” (IAMAMOTO, 2015) e suas diversas faces na

sociedade capitalista, repercutem de diferentes formas na vida das/os trabalhadoras e trabalhadores – incluindo aí as próprias assistentes sociais atuantes nesse contexto societário de flexibilização/precarização das relações de trabalho. As atuais configurações das formas de acumulação de capital têm gerado sérias reverberações para a “classe que vive do trabalho” (ANTUNES, 2014). Os diversos impactos provocados pelas transformações no mundo do trabalho na contemporaneidade e a reestruturação do capital mundializado têm provocado intensos rebatimentos no Brasil impactando, sobretudo, na vida da classe trabalhadora.

E nesse contexto, as pessoas trans, a despeito dos prejuízos reais que acumulam, sobretudo no que tange ao mundo do trabalho, têm buscado protagonizar suas histórias. Mesmo em uma sociedade estigmatizante, que oferece barreiras extremas para acessar o direito ao trabalho, elas têm lutado e resistido. Apesar de uma aparente invisibilidade, as transfemininas estão nas relações sociais, procurando ocupar seus espaços, indo além da perspectiva de que “a noite, o breu é o único lugar permitido para sua atuação” (SCHNEIDER, 2004), numa movimentação para a “autocriação de si” enquanto classe trabalhadora, muitas vezes sendo atravessadas pela intersecção entre gênero, classe e raça.

É perceptível ao longo do processo histórico brasileiro que o exercício de reconhecimento de mulheres negras² como trabalhadoras se deu de forma diferente das mulheres brancas. Nesse ponto, falar da contribuição que o movimento de mulheres negras trouxe no sentido de visibilizar a questão é de fundamental importância. Tanto é que Carneiro (2003) realça que o movimento de mulheres negras foi pondo em relevo a distância no mercado de trabalho entre mulheres brancas e negras, denunciando o peso do racismo e da discriminação racial nos processos de seleção e alocação da mão-de-obra feminina.

Considerável notar a estrutura de desigualdades que combina as múltiplas e complexas formas de discriminação e opressão, em especial a de raça/cor,

2 O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa a autotaxonomia racial tendo por base a cor da pele (questão cor). As pessoas entrevistadas definem em qual grupo elas consideram que se incluem, entre as opções: branco, preto, pardo, amarelo ou indígena. A categoria “mulheres negras” aqui mencionada corresponde sempre ao somatório das que se declaram ser de cor parda e preta na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

retroalimenta preconceitos e violências que afetam sobremaneira a participação feminina negra no mercado de trabalho. Sobretudo quando observamos que os cargos ocupados por elas, quando inseridas em alguma atividade laborativa, são ocupações subalternizadas e pouco valorizadas, pois, “o lugar da mulher negra [e trans] no trabalho está demarcada no imaginário de chefias e profissionais de recursos humanos é o gueto da subalternização e de atividades manuais” (SILVA BENTO, 1995, p. 482).

Á vista disso, o que percebemos é que mulheres pretas têm como principal ocupação laboral os serviços domésticos. Portanto, “no mercado de trabalho, o resultado concreto dessa exclusão se expressa no perfil da mão de obra feminina negra” (CARNEIRO, 2011, p. 128), que está concentrada ainda em ocupações precarizadas e com baixa remuneração.

Portanto, tendo como pano de fundo essa realidade histórica que podemos afirmar que transfemininas negras vivenciam e experienciam um acervo de opressões e violências, definidas não somente pelo critério da identidade/expressão de gênero, mas também pelas sequelas deixadas pelo sistema escravagista no Brasil que maximiza o racismo e “seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades” (CARNEIRO, 2003, p. 2).

Nesse tocante, compreendendo a hierarquia de gênero permeada também pelo processo histórico de colonização e imperialismo que dominou as Américas nos séculos passados, e que institucionalizou sobre as mulheres negras níveis de opressões racistas e sexistas inimagináveis (HOOKS, 2015), não trataremos de gênero, raça, classe e sexualidade como elementos separados e independentes. Do mesmo modo, não deixaremos de considerar como esses entrecruzamentos que oprimem, objetificam, marginalizam e excluem os corpos e as vivências de mulheres trans negras se reverberam em uma quase anulação social e em dificuldades no seus fazeres e modos de vida, em especial ao que tange o acesso ao mercado de trabalho formal.

Todavia, examinando atentamente como o racismo, o patriarcado e o capitalismo produzem e alimentam-se entre si nas estruturas da opressão, é importante reunir,

perceber e refletir sobre conceitos que sirvam de chave de análise para a produção de novos prismas e estratégias de enfrentamento que se pautem em perspectivas críticas anti hegemônicas, antirracistas, feministas, transfemistas, antipatriarcais e não heterocisnormativas.

E para isto, os movimentos feministas organizados de mulheres negras e de mulheres trans têm contribuído para pensar caminhos que agreguem e fortaleçam a luta pelo respeito aos direitos, incluindo o âmbito do mercado de trabalho formal. Nascimento (2020) afirma que “promover um diálogo crítico entre duas correntes feministas: o transfeminismo e o feminismo negro possibilita a emergência do transfeminismo negro”. E ainda corrobora

O transfeminismo negro, nesse sentido, propõe reflexões interseccionais entre as questões das transgeneridades e negritudes dentro do espectro teórico e político feminista. Tanto as transgeneridades quanto as negritudes são marcadores sociais que produzem assimetrias e vulnerabilidades num contexto de manutenção do sistema cisheterossexual e racista. (NASCIMENTO, 2020, p. 130)

A partir disso, então, podemos vislumbrar a possibilidade de criação de redes de apoio partindo das vivências/experiências com o intuito de desnaturalizar trajetórias de violências interseccionadas a que trabalhadoras trans negras são histórica e perversamente submetidas.

Dito isto, importa aqui destacar que embora o transfeminismo exista por conta dos questionamentos interseccionais de mulheres negras, feitos à categoria de “mulheridade”, ainda assim persiste que, mesmo quando falando de pessoas trans e travestis, recortes raciais são deixados de lado, só aparecendo quando pautados pelos próprios corpos racializados que trazem a marca do racismo/sexismo/machismo e que se configuram enquanto construtos socioculturais e políticos de onde têm emanado enunciações, escritas e escritivências (EVARISTO, 2008).

Contudo, diante desse contexto, imperioso destacar que ainda há poucos estudos sobre as violências interseccionadas que impedem e/ou dificultam a possibilidade de inserção e permanência no mercado de trabalho formal, tanto naqueles que investigam travestilidade/transsexualidade, quanto nos estudos sobre mercado de

trabalho. E vale informar aqui que esta abordagem foi escolhida justamente para tomar um caminho diverso das produções que relacionam estes sujeitos com trabalho sexual apenas, visando trazer à tona alguns elementos para análise que podem colaborar para uma melhor compreensão da relação entre mulheres trans e inclusão e permanência em atividades laborativas e as várias violências interseccionadas que atravessam e impactam na possibilidade de inserção do segmento no mercado de trabalho formal, bem como sua manutenção.

2. DESENVOLVIMENTO

A princípio, é de fundamental importância pontuar que escolhemos operar este artigo afirmando que não acreditamos nos discursos que reiteram e consideram a “mulher” apenas numa perspectiva biológica, cissexista³ e/ou que invalidam ou excluem as identidades de mulheres transexuais e travestis no feminismo ou em qualquer outro espaço/movimento/instituição que compõe a sociedade atualmente. Assim concordamos com Nascimento (2021) ao afirmar que “inspirada por autoras como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Jaqueline Gomes de Jesus, entre outras, entendo que o feminismo e a sociedade, em geral, precisam aprender a ouvir as experiências das mulheridades e feminilidades levando em conta sua pluralidade” (p. 21) considerando, sobretudo que mulheres trans e travestis efetivamente se constituem enquanto “mulher” pertencente ao gênero feminino no que tange a expressão/identidade de gênero e suas vivências. Também é válido pontuar que a inclusão do feminismo como pauta política e de debate da população transfeminina é recente, entretanto, a cada dia ganha mais espaço e relevância a discussão e incorporação do *transfeminismo* como categoria analítica.

Dessa maneira, falar sobre transfeminismo “implica considerar o ponto em que o

³ O cissexismo pode ser definido como uma ideologia “que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero.” (JESUS, 2012, p. 28)

feminismo diz respeito às vidas das pessoas transexuais, travestis e transgêneras. Contudo, essa relação pode não parecer tão óbvia a princípio.” (BAGAGLI, 2018, p. 345). Entretanto, a autora pontua,

que o transfeminismo também reconhece, diria que como um pressuposto, a história do movimento feminista como um exemplo para a luta de resistência de pessoas trans. Reivindicações do movimento feminista nas áreas de sexualidade, trabalho, subjetividade, corpo, relações familiares e crítica das opressões de gênero, levantam aspectos fundamentais para a compreensão das lutas específicas das pessoas trans. Entendemos que as vivências de mulheres trans são diferentes das vivências das mulheres cis, mas a diferença, além de não implicar nenhum tipo de hierarquia o que seria mais legítimo ou verdadeiro, também nos auxilia a compreender as nossas semelhanças e possibilidades de alianças. (BAGAGLI, 2018, p.346)

Dito isto, fica evidenciado a perspectiva sob a qual compreendemos que mulheres trans e travestis ocupam legitimamente lugar no escopo da categoria gênero feminino e que tal conexão faz com que vivenciem as violências, o preconceito, a discriminação, o estigma, o sexismo, o machismo, a desvalorização, entre tantas outras formas de opressão de gênero. O quadro se agrava ainda mais quando há sobreposição ou interseção entre gênero, sexualidade, raça, classe.

Dessa maneira, nos referimos ao conceito de *interseccionalidade* que, de acordo com Lugones (2020) “demonstra a exclusão histórica e teórico-prática de mulheres não-brancas nas lutas libertárias travadas em nome da mulher” (p. 52). Ainda, segundo María Lugones (2008), trazer à baila a interseccionalidade permite que se tenha um olhar mais específico caso as categorias de gênero e de raça fossem conceitualizadas de forma separada. A autora também afirma que o “sistema colonial de gênero” é marcado pela combinação entre raça, gênero, sexualidade e classe. Essa combinação é o que considera a ocorrência da interseccionalidade.

Assim sendo, ao conectarmos o tema da inserção das mulheres transfemininas ao mercado de trabalho formal identificamos que para além da questão do gênero, a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade organiza profundamente o modo de inserção (ou não) e também a permanência no mercado de trabalho, produzindo assimetrias e desigualdades, pois o acesso a determinados ramos de atividade está fortemente mediado pela interseccionalidade entre discriminação de gênero, raça, sexualidade, entre outros marcadores sociais de diferenças.

Portanto, para melhor compreensão deste artigo, é de fundamental importância

perceber os atravessamentos que incidem na vida de mulheres trans negras periféricas e pobres, impactando assim outras formas de se pensar em regimes de opressão. Nesse sentido, usar o transfeminismo como chave de análise nos ajuda a refletir alguns aspectos. Então, Nascimento (2020) corrobora

O transfeminismo negro, nesse sentido, propõe reflexões interseccionais e trás questões das transgeneridades e negritudes dentro do espectro teórico e político feminista. Tanto as transgeneridades quanto as negritudes são marcadores sociais que produzem assimetrias e vulnerabilidades num contexto de manutenção do sistema cisheterossexual e racista. (NASCIMENTO, 2020, p. 04)

Essa estrutura que desampara e exclui está presente nas escolas, nas igrejas, nos hospitais, no mercado de trabalho e em quase todos os espaços de sociabilidade. Sobre essa peculiar organização, Gonzalez (1984) afirma

Nós mulheres e não brancas fomos 'faladas', definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história. É desnecessário dizer que, com todas essas características, estamos nos referindo ao sistema patriarcal-racista. (GONZALEZ, 1984, p. 38)

A interseccionalidade entre o gênero, raça, sexualidade e classe se perpetua controlando corpos e comportamentos, num regime de terrorismo perpetrado pelo patriarcado, sexismo e pelo racismo castigando quem fugir da "norma" e explicitando arranjos ímpares na violência de gênero contra as mulheres.

Ademais, nessa movimentação de construção de impeditivos para o reconhecimento de uma plena cidadania pelo qual mulheres têm o direito de acessar o mercado de trabalho formal, não podemos desconsiderar o quanto que o fenômeno histórico e cultural da *colonialidade* produz efeitos na reprodução da desigualdade e das violências conduzindo estruturas e sistemas de poder. Aqui cabe ressaltar que "colonialidade" não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas reações intersubjetivas. (LUGONES, 2020, p. 50)

Logo, a essência do colonialismo, precedente da colonialidade, ecoa até a

atualidade sob a forma de reprodução da desigualdade social, étnico-racial, de gênero com acirramento do racismo. Aqui merece destaque a compreensão trazida por Césaire (1978) ao afirmar que “o caráter ontológico da colonização se soma à crueldade da violência, deixando evidente a coisificação que a colonização representa.” (p.26).

Diante disso, convém aqui lembrar que a formação social e histórico-política do Brasil carrega consigo a chancela do escravismo e do patriarcado carimbado pelo estatuto de ex-colônia que faz com que o conservadorismo presente na atual cena da sociedade brasileira reforce ideologias opressoras de gênero, raça, classe, geração e sexualidade onde o racismo e o patriarcado atuam como motor que produz e impulsiona a marginalização de sujeitos fortemente estigmatizados aprofundando as desigualdades e cerceando direitos. A esse respeito, Silva (2021) certifica

a trajetória dos negros do escravismo à pauperização interpretando tanto as suas lutas e formas de resistência como a sequência de barragens diretas e indiretas, institucionais ou não que compõem o sistema estrutural de manutenção de sua marginalização. E que ao mesmo tempo são componentes dinâmicos e estruturantes que atuam na sustentação do quadro de estratificação social que ordena as sociedades de classes latino americanas na contemporaneidade. (SILVA, 2021, p. 49)

Sendo assim, inferimos que colonialidade e escravização se constituem enquanto eixos estruturantes para a formação de trabalhadoras subalternizadas inseridas em relações sociais hierarquizadas e de dominação racial, o que significa dizer que “raça e identidade racial se estabeleceram como instrumentos de classificação básica da população [negra] e dos lugares de trabalho.” (SILVA, 2021, p. 47).

Entretanto, o conceito de *decolonialidade* surge como uma proposição de facear a colonialidade, como uma perspectiva de desestruturar padrões, conceitos e concepções impostos aos povos colonizados, oprimidos e subalternizados. Nesse sentido Walsh (2017), advoga que a decolonialidade adensa a reflexão sobre construir um novo caminho de resistência, sugere uma nova prática cotidiana para pensar formas de (re)existências. A decolonialidade se configura enquanto um caminho de luta contra a violência que a colonização europeia legitimou.

Para REIS & ANDRADE (2018, p. 1) “o pensamento decolonial objetiva

problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão e dominação, ao articular interdisciplinarmente cultura, política e economia de maneira a construir um campo totalmente inovador de pensamento que privilegie os elementos epistêmicos locais em detrimento dos legados impostos pela situação colonial”.

Portanto, ao vincularmos as reflexões suscitadas pelas teóricas e teóricos por ora aqui expostos com especificidades relacionadas à inserção de mulheres trans no mercado de trabalho formal, observamos que o emprego feminino revela-se um componente crucial do crescimento e desenvolvimento econômico. Entretanto, a tendência para o aumento do emprego feminino não encontra suas causas na busca de uma relação mais igualitária entre homens e mulheres, já que persistem situações de diferenças salariais significativas para as mesmas habilitações. Assim, essa dinâmica transformou-as em mão-de-obra barata.

O quadro se agrava ainda mais ao examinarmos que nas formas precárias de ocupação as mulheres negras estão sobrerrepresentadas em relação às brancas. Logo, os mecanismos de segregação ocupacional baseados na cor/raça/classe das pessoas é uma constante na vida laborativa dessas mulheres.

Quando se trata das mulheres transfemininas, tendo em vista estas trazerem as “marcas no corpo” (LOURO, 2002) que tanto incomodam a sociedade pautada na cisheteronormatização e em padrões definidos como aceitáveis, o binômio gênero-corpo atua como importante balizador da entrada, integração e permanência (ou não) no mercado de trabalho. Marinho e Almeida (2019, p. 116) nos aponta que a identidade trans, ainda não reconhecida social e juridicamente pela sociedade brasileira da maneira como uma democracia exige, insere travestis e transexuais em situações de desigualdade de direitos, sobretudo no que tange ao acesso ao mundo do trabalho.

Tendo como pano de fundo esse contexto econômico-social, Nascimento (2003, p. 37) nos aponta que se “é difícil para a mulher entrar no mercado de trabalho, e ter as mesmas condições trabalhistas e salariais do homem”, o desafio se torna gigantesco para a população trans. Até mesmo porque, ao feminilizar seu corpo, o “homem” perde seu lugar privilegiado na hierarquia da sociedade e ao assumir a posição

feminina, torna-se marginal da ordem social. Ainda conforme Terto Jr. (2003, p. 141), “a hierarquia e a dominação estão baseados em relações de classe, gênero, divisões étnicas e sexuais que reforçam e mantêm as assimetrias de poder e produzem estigmas” que reforçam preconceitos e opressões. Assim,

As opressões situam-se, sobre todas as formas que ousam constituir-se como o “outro” em relação à régua cortante que mede a normalidade, na constituição de sujeitos que se materializam como seres humanos com cores de pele (nomeada colonialmente por “raça”); características sexuais, orientações distintas de seus afetos; performatividades singulares como pessoas e pertencimentos de classe social – estabelecidas por condições materiais concretas, mas também por identidades socioculturais construídas espacialmente (OLIVEIRA *et al*, 2019, p.34).

Todavia, as populações socialmente vulnerabilizadas por seu distanciamento da norma branca masculina cisheterossexual, como as mulheres trans e travestis, são diretamente afetadas quando lutas por igualdade, dignidade e sobrevivência são interrompidas pelo avanço de violências interseccionadas na sociedade.

O próprio mercado de trabalho constitui um espaço de exploração e discriminação para as mulheres transfemininas, provocando a marginalização, destituição e subalternização da grande maioria delas dos contextos profissionais, as empurrando para a prostituição, como único lugar possível para sua atuação profissional. Crucial informar aqui que a intenção não é discriminar o trabalho sexual conferindo a ele um caráter inferior, mas refletir sobre os repertórios e recursos de escolhas/carreiras profissionais, bem como as possibilidades efetivas de acesso e permanência nas profissões/ocupações. Portanto,

vale destacar que apesar de compreendermos o trabalho sexual como um trabalho tão legítimo quanto as demais formas de trabalho, é preciso destacar que muitas pessoas trans passam a exercer o trabalho sexual de forma quase compulsória, por serem muitas vezes discriminadas pelo mercado de trabalho, onde são impedidas de ingressar e/ou expulsas quando assumem sua identidade trans. (ALMEIDA, 2018, p. 11)

Essas situações têm motivado mobilizações de movimentos sociais diversos pela cidadania, baseadas na busca por equidade, a partir da promoção dos direitos humanos e do respeito à diversidade, bem como na luta para a implementação de políticas públicas.

Entre essas mobilizações podemos citar o movimento transfeminista, no qual

mulheres transexuais e travestis têm elaborado, a partir de suas experiências, histórias de luta e resistência frente às opressões interseccionais (raça, gênero, classe e sexualidade) imprimindo outra lógica aos padrões estabelecidos e procurando abrir portas para o acesso a direitos básicos dessas cidadãs, inclusive o de estar inseridas no mercado de trabalho formal. Assim, construir um transfeminismo decolonial se torna extremamente necessário para a possibilidade de suplantação do retrato da mulher inabilitada da práxis política e carente de representação.

3. CONCLUSÃO

No presente artigo pretendeu-se fazer uma aproximação à luz dos feminismos das categorias fundamentais acerca das violências interseccionadas experimentadas pelas travestis e mulheres trans no que tange a inserção e permanência desse segmento no mercado de trabalho formal, sobretudo buscando considerar os marcadores sociais que incidem sobre esses corpos edificados histórica e culturalmente e que constituem a força do trabalho.

Em oportuno, aproveitamos para pontuar que não possuímos condição de discutir a totalidade e a complexidade que envolvem todos os aspectos e elementos que constituem e que entrecruzam as vivências e experiências das mulheres transfemininas e mercado de trabalho de trabalho formal utilizando apenas este espaço, desse modo, procuramos abordar as categorias elencadas como mais relevantes em nossa preambular compreensão e a atenção incidiu exclusivamente em fazer um esforço no sentido de fomentar discussões e reflexões em torno dos conceitos centrais.

Em suma, com estes escritos também procuramos contribuir com o debate sobre o tema e auxiliar com o desenvolvimento de estudos de gênero, identidade/expressão de gênero, sexualidades, mercado de trabalho formal, entre outros no campo do serviço social. Trata-se de um estudo preliminar, ainda em construção, que precisa

ser aprofundado, pois acreditamos que as matrizes teóricas apresentadas oferecem categorias analíticas fundamentais para a possibilidade de compreensão da dinâmica que opera opressão, segregação, discriminação, violência e cerceamentos de direitos na atualidade para populações vulnerabilidades seja em função do gênero, raça, sexualidade e classe.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G. S. Diversidade de gênero, violência e a importância de uma compreensão ampliada do tema. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 16, 2018, Vitória-ES. v. 16 n. 1 (2018): **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. 2019. p. 1-19.

ANTUNES, Ricardo. **Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil**. Estudos Avançados, Campinas-SP, UNICAMP, vol. 28, n. 81, São Paulo Maio/Ago., 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142014000200004>. Acesso em 19.06.2022.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Breve levantamento de questões transfeministas e o caso brasileiro**. In: HOLANDA, Heloísa B. Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Selo Negro, 2011

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

EVARISTO, *Conceição*. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008

HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro – abril, 2015, pp. 193-210. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>. Acesso em: agosto de 2022

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2015

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD: Síntese de Indicadores 2015**. Diretoria de Pesquisa. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016

JESUS, Jaqueline Gomes de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: **VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Anais...** Salvador: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2012. 15 p

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: HOLLANDA, Heloísa B. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LOURO, Guacira. **Teoria QUEER: Uma Política Pós-Identitária para a Educação**. In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis: v.9 nº 2. 2002, p.541-553.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa B. Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, M. (2008, Julio/diciembre). Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, 9, 73-101.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

MARINHO, S.; SILVA DE ALMEIDA, G. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Sociedade e Cultura**, v. 22, n. 1, 23 maio 2019.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

NASCIMENTO, Ewerto S; LARA, Sheila V. **Alternativas de mercado de trabalho para as travestis de Aracaju**. Aracaju: Ministério da Justiça, 2003.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. **Transfeminismos**. São Paulo: Jandaíra, 2021

NASCIMENTO, Letícia Carolina. **Transfeminismo negro: tensionando interseccionalidades**. Políticas Públicas e Diversidade: Quem precisa de Identidade? Organizadores Francis Musa Boakari, Francilene Brito da Silva e Ilanna Brenda Mendes Batista. Teresina: EdUFPI, 2020.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de, ALMEIDA, Guilherme, SANTOS, Márcia Cristina Brasil, CARVALHO, Silvia de Souza, PEREIRA, Tatiana Dahmer. "Sobre humanos e destituição de humanidades - da construção do ódio à diferença na modernidade periférica". In: RAMOS, Adriana, BARBOSA, Douglas, PEREIRA, Larissa Dahmer, PEREIRA, Tatiana Dahmer (orgs.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas**: subsídios analíticos para o serviço social. Uberlândia: Navegando, 2019.

REIS, M. DE N.; ANDRADE, M. F. F. DE. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 10 mar.

SILVA, Ana Paula Procópio. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. *Revista Fim do Mundo*, n. 4: jan./abr. 2021 - Capitalismo e Racismo: a práxis negra. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM>. Acesso em 11 de fev. 2022.

SILVA BENTO, Maria Aparecida. Mulher Negra no Mercado de Trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 1995, v. 3, n. 2, p. 479-488, 1 jan. 1995

SCHNEIDER, Maitê. Travestis, transexuais e o mercado de trabalho. <<http://hosting.pop.com.br/glx/casademaite/vida/artigo5.html>.> Acesso em: 11 março, 2022

TERTO Jr., Veriano. **Estigma e discriminação na terceira década da AIDS**. in: BÖER, Alexandre (Org). **Construindo a Igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre**. Porto Alegre: Igualdade, 2003.p. 141-148.

WALSH, Catherine. *Pedagogías Decoloniales. Prácticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir*. Quito: Editora Abya-Yala, 2017. Serie Pensamiento Decolonial.